

ATA DA DÉCIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SABROSA, REALIZADA NO DIA VINTE E OITO DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E VINTE E QUATRO. -----

----- Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro do ano dois mil e vinte e quatro, nesta Vila de Sabrosa e no Auditório Municipal, teve lugar pelas dezoito horas, a décima Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Sabrosa, presidida pela sua Presidente, Helena Maria Campos Ervedosa de Lacerda Pavão, coadjuvada pelo Primeiro Secretário da Mesa, José Carlos Correia Gonçalves e pelo Segundo Secretário da Mesa, Gilberto Marinho Monteiro Taveira. Aberta a sessão, a Presidente da Assembleia Municipal, após cumprimentar todos os presentes, efetuou a chamada, verificando a presença dos seguintes Membros: -----

- João Manuel Alves Borges; -----
- Maria Carolina Vicente Pereira Lopes; -----
- Luís Carlos Taveira Baptista; -----
- José Adelino Correia Gonçalves; -----
- Maria João Pinto de Matos Bessa; -----
- Sérgio Manuel Pereira Freitas; -----
- José Luís Pereira Mota; -----
- Amélia de Jesus Monteiro Pinto, em substituição de Dina Lúcia Borges Pereira; -----
- Manuel António Paulos Marques; -----
- Suzanne da Conceição Monteiro Peixoto; -----
- Maria de Fátima da Cruz Fernandes; -----
- Luís António Ribeiro Almeida; -----
- Helena Maria Campos Ervedosa de Lacerda Pavão; -----
- José Manuel de Carvalho Marques. -----
- **Presidentes de Juntas de Freguesia:** -----
- Sérgio Wilson Fonseca Gonçalves; -----
- Victor Manuel Simões Teixeira; -----
- Eduardo Fernando Martins Silva Correia; -----
- Francisco António Pinto Alves; -----
- Gilberto Marinho Monteiro Taveira; -----
- Carlos Manuel Ferreira Rodrigues Madureira; -----
- João Manuel Barros da Veiga; -----
- Cilina Ledo Vilela; -----
- José Carlos Correia Gonçalves; -----
- António José Borges Garcia; -----
- Manuel Martins Coelho, em substituição de Ana Cristina Fernandes Rente; -----
- António Manuel da Fonseca Venâncio. -----
- Faltou justificadamente o Deputado António Manuel dos Santos Morgado. -----

A Câmara Municipal esteve representada pela sua Presidente, Maria Helena Marques Pinto da Lapa, estando presentes o Vice-presidente, Martinho Barrias Gonçalves e os Vereadores António Augusto Marques Ferreira de Araújo, Mário Augusto dos Santos Varela e Maria Natália dos Santos Pinheiro Amarante. -----

Às dezoito horas e quinze minutos, constatada a existência de quórum, com a presença de 26 (vinte e seis) dos 27 (vinte e sete) Membros desta Assembleia, a Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a presente sessão ordinária. -----

----- **Ponto um: Período antes da ordem do dia:** -----

----- Um ponto um: Apresentação de moções, votos de louvor, recomendações, votos de pesar, entre outros: -----

A Presidente da Assembleia Municipal questionou os presentes se pretendiam intervir neste ponto da ordem de trabalhos, apresentando moções ou votos de louvor, tendo o Deputado José Adelino Gonçalves, solicitado a sua inscrição. -----

Tomou a palavra o Deputado José Adelino Gonçalves, que após cumprimentar todos os presentes, apresentou a seguinte Moção, que por ter sido entregue à Mesa de seguida se transcreve: *“Novo Voto de louvor e Reconhecimento de mérito desportivo ao atleta Luís Pereira por se ter sagrado Campeão Nacional de Ultra Trail M45.* -----

Os membros da Assembleia Municipal de Sabrosa vêm, novamente, reconhecer publicamente o êxito desportivo ao atleta Luís Pereira, nosso munícipe, residente na aldeia e freguesia de Paços e atleta da equipa Linces do Marão, por ter conquistado o Campeonato Nacional de Ultra Trail M45, sagrando-se assim campeão nacional nesta competição. -----

Esta assembleia congratula assim Luís Pereira por mais este feito, que se junta a outros de destaque e se assume como mais um grande marco para o atleta e para o concelho, deixando votos de continuação de muitos sucessos na prática desta modalidade desportiva”. -----

A Presidente da Assembleia Municipal questionou os presentes se concordavam que a moção fosse submetida como proposta do plenário da Assembleia Municipal, tal como o sugerido pelo Deputado José Adelino, aquando da sua apresentação, tendo todos concordado. -----

Não se registou qualquer outra intervenção, pelo que foi colocada a Moção a votação, obtendo o seguinte resultado: Aprovada por unanimidade. -----

----- Um ponto dois: Intervenções dos Presidentes de Junta de Freguesia sobre assuntos específicos da sua freguesia: -----

A Presidente da Assembleia Municipal questionou os presentes se pretendiam intervir neste ponto da ordem de trabalhos, tendo solicitado a sua inscrição o Presidente da Junta de Freguesia de Sabrosa, João Veiga. -----

Tomou a palavra o Presidente de Junta de Freguesia de Sabrosa, João Veiga, que após cumprimentar os presentes, fez a seguinte intervenção, que por ter sido entregue à Mesa, de seguida se transcreve: *“Em primeiro lugar, quero agradecer ao Executivo Municipal, pelo apoio prestado às freguesias do nosso concelho na resolução do diferendo que temos com a ADIN,*

relativamente à colocação dos contadores de água nos Cemitérios, Fontanários e bebedouros públicos das freguesias. -----

Aproveito a oportunidade para questionar a Sra. Presidente do Município, sobre o ponto de situação de alguns projetos em execução pelo município, nomeadamente, a construção de habitação social a custos controlados - Loteamento de Santa Bárbara, Regeneração Urbana do Parque das Fontainhas em Sabrosa e por último a Requalificação da antiga Escola Primária para instalação do novo posto da GNR de Sabrosa". -----

Foi dada a palavra à Presidente da Câmara Municipal que, após cumprimentar todos os presentes respondeu que, relativamente à Regeneração Urbana das Fontainhas, só esta semana saiu o calendário de abertura de avisos para o Portugal 2030 e o respetivo projeto está pronto, pelo que, logo que haja a efetiva abertura do aviso de candidatura, dar-se-á início à obra. No que diz respeito à construção de habitação a custos controlados, deu nota de que o projeto vai permitir o acesso a 10 (dez) habitações e se encontra em fase de elaboração, apesar das dificuldades encontradas, como sejam as características morfológicas do terreno. -----

Por fim, sobre o Quartel da Guarda Nacional Republicana (GNR), informou que já foi comunicado ao Ministério da Administração Interna, pela Chefe da Divisão da UOF-OSOT, que o projeto está concluído, pelo que se aguarda a rápida abertura de financiamento, presumindo-se que brevemente será assinado o protocolo de construção. -----

----- Um ponto dois: Assuntos de interesse geral para o concelho: -----

A Presidente da Assembleia Municipal questionou os presentes se pretendiam intervir neste ponto da ordem de trabalhos, destinado às intervenções de interesse geral para o concelho, tendo os Deputados Luís Baptista, José Adelino Gonçalves, João Borges, Maria João Bessa e Luís Almeida, solicitado a sua inscrição. -----

Tomou a palavra o Deputado Luís Baptista, que após cumprimentar os presentes, solicitou esclarecimentos à Mesa relativamente à sessão da Assembleia Municipal anterior, mais propriamente sobre a ata que está para aprovação, dado que na sua intervenção, no que se refere à Estratégia Local da Habitação, questionou a Presidente da Câmara Municipal relativamente às habitações adquiridas, onde estas estão localizadas, qual o custo da reabilitação, se existiu, e qual a finalidade desses imóveis, tendo esta informado que, naquele momento, não tinha informação suficiente para responder, assegurando a Presidente da Assembleia Municipal que essa informação lhe seria enviada posteriormente. -----

Continua dizendo que a informação não chegou até ele, bem como não consta da referida ata a intervenção da Presidente da Assembleia Municipal, pelo que questionou o que terá acontecido. A Presidente da Assembleia Municipal respondeu que pode ter havido um lapso na gravação, mas que se houver questões por responder, as competentes respostas ser-lhes-ão enviadas por escrito. -----

De novo, no uso da palavra, o Deputado Luís Baptista questionou a Presidente da Câmara Municipal sobre a legalidade da admissão de uma ex-funcionária da AdIN, dado que esta se encontra impedida de entrar nas instalações dessa entidade. -----

Foi dada a palavra à Presidente da Câmara Municipal que respondeu, dizendo que, relativamente à primeira questão, pede desculpa por não lhe ter sido enviada a informação e que o fará oportunamente. -----

Relativamente à questão da ex-funcionária da AdIN, esclareceu que a mesma pertence aos quadros da Câmara Municipal de Sabrosa e que de acordo com o seu direito, contemplado na lei, solicitou o seu regresso a este Município. -----

De seguida, tomou a palavra o Deputado José Adelino Gonçalves, apresentando a seguinte intervenção, para conhecimento de todos, que por ter sido entregue à Mesa de seguida se transcreve: *"Sabrosa no top do ranking dos fundos comunitários.* -----

Esta minha intervenção é de congratulação pelo facto de o município de Sabrosa aparecer no top do ranking da região norte de fundos comunitários aprovados por habitante por concelho. ---

Sendo, e passo a destacar: - o terceiro melhor município no âmbito da CIMDOURO, que, como sabem, é composto por 19 municípios; - E o nono melhor de toda a região norte, num total de 86 municípios escrutinados; -----

Ainda segundo este boletim e os dados disponíveis, o Investimento é: - de 1635€ por habitante, muito acima da média, que é de 465€; - num total de 41 ações aprovadas para Sabrosa. -----

Estes dados não são meus ou da autarquia. Foram divulgados pela: - CCDDR-N no "Boletim Norte - União Europeia – Dinâmicas de Fundos Europeus na Região Norte"; - Reportam a junho de 2023. -----

Fazendo uma muita breve reflexão sobre isto, é mesmo de destacar este desempenho e estes números, tanto mais que, se nos reportarmos a 2005, o município de Sabrosa estava numa situação de tal fragilidade que pagava a mais de 200 dias a fornecedores. -----

Desde aí, recuperou a sua capacidade de execução e investimento e adotou, quanto a mim, a melhor estratégia possível que um pequeno município, de baixa densidade, tem, para realizar investimentos e otimizar os poucos recursos disponíveis. O de trabalhar com foco e planeamento para conseguir utilizar os fundos comunitários a seu favor, promovendo investimento público em necessidades que, de outra forma, eram muito difíceis de se suprir. -----

Dois exemplos muito recentes desta forma de trabalhar são, e já em soma nula do Portugal 2020:

- as Obras de Regeneração da Rua do Rapa, em São Martinho de Anta, -----

- ou da Avenida General Alves Pedrosa em Sabrosa. -----

Muitos PARABÉNS a todos!" -----

Dando continuidade à ordem de inscrição neste ponto, tomou a palavra o Deputado João Borges, que após cumprimentar os presentes apresentou as seguintes intervenções, que por terem sido entregues à Mesa, de seguida se transcrevem: *"Reabertura a tempo inteiro da Agência da CGD Sabrosa.* -----

Na reunião de Assembleia Municipal realizada em Fevereiro de 2023 e apos o encerramento da Agencia do Banco Santander, os membros eleitos pelo PSD aconselharam a senhora presidente do município a marcar uma reunião urgente com a administração da CGD, para promover a abertura a tempo inteiro da Agencia de Sabrosa, ao que a senhora presidente da Camara respondeu, que já tinha reunido e que não podia adiantar nada, pois as negociações estavam dentro do "Sigilo Bancário". -----

Um ano volvido, quero-lhe perguntar de forma direta, vamos voltar a ter a Agência da CGD de Sabrosa aberta a tempo inteiro, ou não?". -----

Continuou, o Deputado João Borges, apresentando uma segunda intervenção, cujo teor também se transcreve: "Gala de encerramento do "Douro, cidade Europeia do Vinho" – Sernancelhe. --- Senhora Presidente em relação a este tema gostava de lhe fazer duas perguntas, qual foi o critério usado para distribuir os convites para esta cerimónia e qual o motivo pelo qual os membros da Assembleia Municipal não foram convidados para o evento? -----

Pergunto, pois vi várias filas reservadas para membros das Assembleias Municipais e em conversa com pessoas de outros municípios, informaram-me que os Membros de Assembleia dos seus municípios foram convidados. -----

Ainda no mesmo evento, gostava que também me esclarecesse outra situação. Uma vez que a comitiva de Sabrosa se deslocou para o evento de autocarro, penso que inclusivé a senhora Presidente, porque razão o senhor Vice-presidente e o senhor vereador António Araújo, juntamente com as suas esposas, usaram uma viatura de serviço da Câmara. -----

Que justificação existe para esta prática absolutamente ilegal? -----

Os Vereadores Mário Varela e Nathalie Amarante tiveram ou aceitaram igual tratamento? -----

Se não gostam de andar de autocarro, faziam como eu, deslocavam-se em viatura própria". ----

Em resposta, a Presidente da Câmara Municipal disse que, relativamente à reabertura da Caixa Geral de Depósitos (CGD) a tempo inteiro, na época não podia adiantar nada, uma vez que estava pendente a audiência de julgamento, que após um adiamento, acabou por ocorrer há cerca de dois meses atrás. Como havia anteriormente dito, a CIM Douro intentou uma ação contra a CGD, tendo em conta que 3 (três) dos municípios integrantes da CIM Douro (Sabrosa, Mesão Frio e Tabuaço), sofreram esta diminuição dos serviços da CGD. Em audiência foram testemunhas, a própria, bem assim como outros autarcas e a Direção da CIM Douro, pelo que se aguarda uma decisão. -----

Continuou dizendo que relativamente à Gala de Encerramento Douro Cidade Europeia do Vinho 2023, em Sernancelhe, quem tratou dos convites não foi a Câmara Municipal de Sabrosa, mas sim a CIM Douro. E quanto à deslocação dos Vereadores, disse que estes estavam em representação do Município, e, portanto, podem deslocar-se em viatura oficial. Acrescentou ainda que foi proposta em reunião de câmara a disponibilização de transporte para quem quisesse ir tendo sido disponibilizado um autocarro onde seguiram vários elementos da comitiva, não tendo a própria se deslocado dessa forma, mas sim em viatura oficial, visto que antes da



Gala de Encerramento houve uma cerimónia de homenagem aos autarcas da CIM Douro, que decorreu pelas dezassete horas, no salão nobre da Câmara Municipal de Sernancelhe. -----

A Presidente da Assembleia Municipal esclareceu que relativamente a este assunto recebeu um convite, na qualidade de Presidente da Assembleia Municipal de Sabrosa, que não era extensível aos Membros da Assembleia Municipal e os Presidentes de Junta de Freguesia receberam o convite nessa qualidade. Continuou dizendo que, poderá questionar formalmente o Presidente da CIM Douro sobre quais os critérios que presidiram à distribuição dos bilhetes para a referida gala. -----

De seguida, tomou a palavra a Deputada Maria João Bessa, que após cumprimentar os presentes apresentou a seguinte intervenção, que por ter sido entregue à Mesa, de seguida se transcreve: *"Na reunião de 27 de dezembro de 2023, o deputado socialista José Adelino, na sua intervenção, enalteceu a atribuição da "Bandeira de Autarquia + Familiarmente Responsável", ao Município de Sabrosa, feita pelo Observatório das Autarquias Familiarmente Responsáveis. ---- Esta distinção deve-se à implementação de medidas e apoios diversos disponibilizados às famílias, com o objetivo de fomentar a melhoria da qualidade de vida no concelho, em diferentes áreas. De entre essas áreas, destaca-se a Ação Social. -----*

Posto isto, no âmbito da Ação Social, uma das medidas em execução é o Cartão do Idoso com vários benefícios, entre os quais, o desconto de 50% nos medicamentos com receita médica e adquiridos nas farmácias do concelho. -----

Uma medida que se saúda, e que o Grupo Parlamentar do PSD concorda e apoia na íntegra. Contudo, durante os últimos meses, fui alertada por diversos munícipes para os sucessivos atrasos nos pagamentos. -----

Sabendo que, a população abrangida por esta medida se situa na faixa etária acima dos 65 anos, questiono a Sr.ª Presidente, bem como o Vice-Presidente com o pelouro da Ação Social sobre:

- Se têm conhecimento ou informação dos sucessivos erros e atrasos nos pagamentos aos idosos dos 50% da despesa feita com medicamentos? -----

- Qual o motivo para tais atrasos? -----

Por último, quero referir que os Deputados Eleitos pelo PSD Sabrosa, está atento aos problemas que a população mais idosa do concelho sente, para fazer face às despesas diárias e defende que esta, deve ser apoiada de forma mais diligente, cumpridora, atenta e responsável". -----

Foi dada a palavra à Presidente da Câmara Municipal que explicou que os atrasos não serão certamente significativos, dado que se alterou o procedimento na ação social por forma a tornar mais diligente o pagamento aos idosos e para que situações como incongruências ou duplicações, que levavam a que o processo fosse devolvido da Divisão Administrativa, Financeira e Patrimonial para a Ação Social, não se repitam. -----

De novo, no uso da palavra, a Deputada Maria João Bessa referiu ter conhecimento que algumas faturas em atraso datam de outubro do ano anterior. -----

A Presidente da Câmara Municipal disse não ter conhecimento desses atrasos e solicita a possibilidade de serem prestados mais esclarecimentos, pelo Chefe de Divisão da UOF-AFP, que está presente nesta sessão. -----

Dada a palavra ao Chefe de Divisão da UOF-AFP, João Areias, este afirmou desconhecer qualquer falta de pagamento com data de emissão/entrega, nos serviços da câmara, desde outubro. Acrescentou que foi, de facto, alterada a metodologia, por uma questão de aumento de controlo e eficácia do que se paga, e eventualmente nessa altura poderá ter havido algum atraso, mas não existem faturas com data de emissão/entrada nos serviços com data de outubro por pagar. -----

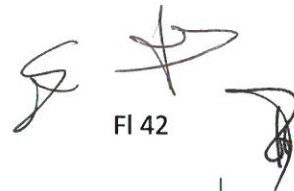
Por fim, tomou a palavra o Deputado Luís Almeida, que após cumprimentar os presentes apresentou a seguinte intervenção: *"O motivo de tão precoce intervenção vai no sentido de informar os membros da nossa AM bem com os nossos munícipes aqui presentes de uma situação que tenho vindo a acompanhar já a algum tempo e que achei por bem partilhar convosco hoje: De forma a facilitar esta partilha, tenho uma apresentação para ajudar a compreender melhor o contexto. O atual executivo celebrou estes contratos com a empresa "Letras Dinâmicas, Lda", que para quem não conhece é a proprietária do jornal "a voz de trás os montes" jornal regional de tiragem semanal.* -----

De seguida apresentou uma tabela com os dados dos contratos celebrados entre o Município e a empresa Letras Dinâmicas, Lda e continuou dizendo: *"Ao longo do atual mandato por diversas vezes tenho vindo a alertar para situações e opções políticas tomadas pelo executivo, que decerta forma e no meu entender podem sobrecarregar a boa situação financeira do município que o atual executivo recebeu do anterior mandato, podendo vir a afetar no medio prazo essa situação financeira do Município.* -----

Como já tive oportunidade de elucidar em outras reuniões AM, em relação a outros assuntos, este é mais um exemplo de uma situação que me parece, que se ultrapassa o aceitável em termos de valores gastos, que mais tarde ou mais cedo se vão refletir nas contas do município. Fui, sou e sempre serei a favor do rigor, da boa gestão dos dinheiros públicos do município, são princípios dos quais não abdicó". -----

A Presidente da Assembleia Municipal alertou que quando qualquer membro quiser apresentar documentos para exibição ou distribuição a esta Assembleia Municipal, estes deverão ser enviados à Mesa, com a antecedência mínima de 2 (dois) dias, antes da sessão, para poderem ser previamente distribuídos e depois discutidos, ainda que sejam documentos para apresentação audiovisual, como foi o caso. Só há uma exceção a esta regra, que permite a distribuição e discussão de documentos na própria Assembleia, com autorização desta, em assuntos de manifesta urgência. -----

De novo, no uso da palavra o Deputado Luís Almeida refere não considerar o apresentado, como um documento. A Presidente da Assembleia Municipal disse que este é um documento



administrativo que teve uma apresentação visual e, como tal, deveria ter sido entregue à Mesa com a antecedência devida. -----

Foi dada a palavra à Presidente da Câmara Municipal que, em resposta ao Deputado Luís Almeida, disse que o Deputado está errado quando diz que o executivo, não contribuiu para os indicadores fornecidos pela CCDDR-N, pois que, apesar de estarmos em final de quadro comunitário, ainda foi possível ir à "soma nula" e com isso concretizar obras como a da Rua do Rapa, em São Martinho de Anta, a reabilitação da Avenida General Alves Pedrosa, em Sabrosa e ainda proceder ao pedido, que foi aceite, da reprogramação da candidatura do Mercado dos Produtos Durienses, no qual foi possível obter cerca de seiscentos mil euros, para equipamentos, que não estavam contemplados na candidatura inicial. -----

Quanto ao ajuste direto e às contas do Município referiu que, ninguém tem mais preocupação do que a própria e está pronta para o assumir. E sobre a questão da despesa apresentada com os jornais, disse que esta é uma aposta na promoção do concelho e naquilo que são as notícias e atividades do concelho. -----

Tomou ainda a palavra o Deputado João Borges que referiu os valores gastos com a aquisição de um espetáculo, por ajuste direto, no âmbito do 2.º Festival dos Produtos Durienses, cujo valor total foi de € 22.375,00 (vinte e dois mil trezentos e setenta e cinco euros), por 55 (cinquenta e cinco) minutos de espetáculo, considerando tal atividade como um exemplo do despesismo. ----

Foi dada a palavra à Presidente da Câmara Municipal que considerou o exemplo apresentado não ser exemplo de despesismo, como afirma o Deputado João Borges, visto que, em comparação com outros Municípios, até vizinhos, os custos dos seus espetáculos superam em muito os valores referidos. -----

---- **Ponto dois: Período da ordem do dia:** -----

----- **Dois ponto um: Informações e esclarecimentos da Mesa da Assembleia Municipal.** ---

A Presidente da Assembleia Municipal deu nota do convite recebido para o IV Congresso da Associação Nacional de Assembleias Municipais (ANAM), da qual a Assembleia Municipal de Sabrosa é associada, e que terá lugar em Barcelos, no próximo dia 18 (dezoito) de maio. -----

----- **Dois ponto dois: Presente ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal de 27 (vinte e sete) de dezembro de 2024 (dois mil e vinte e quatro).** -----

A Presidente da Assembleia Municipal, reportando-se à intervenção do Deputado Luís Baptista, no ponto 1 da Ordem de trabalhos, informou que já detetou, na folha 19 (dezanove) da ata, a resposta dada pela Presidente de Câmara e a necessidade de esclarecimentos que oportunamente fará chegar ao Deputado Luís Baptista. -----

Colocado o assunto à discussão, não se registou qualquer intervenção. -----

Não participaram na discussão e votação os Deputados Carolina Lopes, José Mota e Fátima Fernandes por não terem estado presentes na sessão. -----

Deliberação: Aprovada por maioria, a ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal de 27 (vinte e sete) de dezembro de 2023 (dois mil e vinte e três), com 3 (três) votos contra dos

Deputados Maria João Bessa, Suzanne Peixoto e João Borges e declaração de voto da deputada Maria João Bessa. -----

A Deputada Maria João Bessa apresentou a seguinte declaração de voto contra: "O Grupo Parlamentar do PSD vota contra a ata da reunião de 27 de dezembro de 2023, uma vez que a mesma omite deliberadamente na sua redação, a recusa do uso da palavra, por parte da Presidente da Mesa, aos Deputados Maria João Bessa e João Borges, quando estes a solicitaram, na discussão do Ponto dois ponto dois: "Presente a ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal de 28 de setembro de 2023." Tal decisão foi justificada pela Presidente com a afirmação "Sou a Presidente da Mesa e sou eu que mando." -----

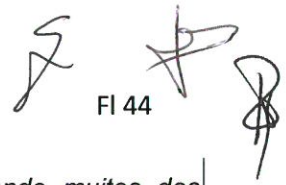
O Grupo Parlamentar do PSD não compactua com a prepotência da Sr.ª Presidente da Mesa, no que concerne ao conteúdo de tal afirmação e não permite a omissão em ata, de intervenções infelizes e atitudes antidemocráticas, feitas pela Sra. Presidente nesta Assembleia. -----

Mais se acrescenta que no Ponto três, na folha 16, onde consta "Relativamente ao Deputado José Mota, o mesmo não fez qualquer intervenção, pelo que nada pode constar na ata...", não corresponde à verdade, pois o Deputado ainda iniciou a sua intervenção, mas foi aconselhado pela Sr.ª Presidente a não continuar a sua exposição, por ser parte integrante no processo e por isso, estar impedido de participar na discussão e na deliberação do assunto." -----

----- **Dois ponto três: Presente informação da Presidente da Câmara Municipal nos termos da alínea c), do n.º 2, do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.** -----

Foi dada a palavra à Presidente da Câmara Municipal que, antes de apresentar a informação distribuída, iniciou a sua intervenção com a resposta às questões colocadas pelo Deputado João Borges na última sessão da Assembleia Municipal, e que respeitam às atividades e situação financeira do município, cujo teor se transcreve: "Sr. Deputado João Borges, na última sessão da Assembleia Municipal interveio no sentido de desvirtuar e diminuir o trabalho realizado pelo executivo que lidero nos primeiros dois anos de mandato autárquico. Por não ser verdade, e porque é importante lembrar, e relembra-lo, sobre o empenhado trabalho desenvolvido no período em apreço, numa condição e num contexto pouco favorável, começo por lembrar o Sr. deputado de que este mandato autárquico é até agora marcado por estar enquadrado no fecho de um quadro comunitário e no atraso de abertura de outro que, só agora, está a começar a abrir avisos e linhas de financiamento. -----

Mesmo assim, fomos capazes de fazer muito e, muito importante, fomos capazes de planear e preparar o futuro, definindo as nossas prioridades, trabalhando os projetos necessários e estabelecendo as pontes que nos permitem, à data de hoje, estar em condições de, num curto espaço de tempo, avançarmos com obras que iram, de certeza, modificar e modernizar completamente o nosso território, dotando-o de mais e melhores condições e equipamentos. ---
Convém também lembrá-lo que, quando referiu que encontrámos um saldo de tesouraria superior ao atual, valorizando e reconhecendo o trabalho feito anteriormente, esse cenário tinha



um contexto específico: Vínhamos de uma gestão feita em pandemia, onde muitos dos investimentos e gastos foram condicionados, por razões óbvias, e porque havia compromissos assumidos com obras de investimento avultado que, não tendo ainda apoios comprometidos, tiveram de ser salvaguardados com expensas próprias. Fazer, realizar e manter o saldo inalterado é ainda uma fórmula impossível de concretizar, portanto, convenhamos que é de fácil compreensão e entendimento que, sendo as obras realizadas, o saldo, necessariamente é menor, não querendo isso dizer que não está a ser feita uma boa gestão do erário público. -----

“Não conseguiu melhorar as condições de vida das pessoas, não conseguiu atrair investimento e emprego para Sabrosa, não conseguiu ter uma estratégia de valorização dos recursos naturais do concelho, não tem nenhuma estratégia de criação de habitação e atração de pessoas e famílias para residir no nosso concelho, pese embora os apoios existentes e disponíveis para tal, nesta área, vamos devagar ou mesmo devagarinho.” -----

Também não é verdade que não conseguimos melhorar as condições de vida das pessoas: Temos hoje mais, e reforçados, apoios às famílias, por exemplo, do que no passado. Temos creches gratuitas, temos o apoio à natalidade reforçado, temos os apoios escolares com uma abrangência nunca tida, temos o público sénior a ser apoiado com medidas e atividades voltadas para o seu quotidiano que são o sucesso que todos lhe reconhecem. E poderíamos ir por aí fora....só não reconhece isto quem não quer, ou quem não reconhece que as pessoas, as famílias, os que cá vivem e que para cá querem vir viver, são, e devem ser sempre, uma prioridade. -----

“Não conseguiu atrair investimento e emprego para Sabrosa?” Concretizamos a venda quase total dos lotes da nova Zona de Acolhimento empresarial de Sabrosa e temos já, por exemplo, uma empresa como a dos “vinhos Borges” praticamente instalada lá, e já estão outras a fazê-lo. Talvez estas questões lhe passem ao lado, mas a realidade é que estão em curso vários investimentos avultados, alguns em fase de projeto, outros já a serem implementados no nosso concelho, que nos trarão muitos benefícios. -----

Não há estratégia de criação de habitação? Só através da ELH vamos chegar a mais de 40 famílias. Muito brevemente vamos apresentar publicamente uma nova fase de disponibilização de lotes a custos controlados e, no mesmo sentido, o de atrair pessoas e famílias para residir no nosso concelho, temos em vigor um pacote alargado de medidas, com benefícios sociais e fiscais que estão à vista de todos. -----

“Onde está o Hotel para os alojares?”, os turistas, queria o Sr. dizer. Sabe que o hotel é privado e que, diariamente, as obras continuam em curso em vista à sua reabertura? -----

Relativamente a obra feita, ainda bem que veio trazer o assunto para a discussão porque, se ela não fala por si, é sempre bom e atempado lembrar o executado: -----

- A obra do Pavilhão do Mercado dos Produtos Durienses foi concretizada indo mais além do que inicialmente planeado. Tem servido a nossa população e os que nos visitam com eventos de promoção territorial e culturais reconhecidos por todos, nunca realizados no nosso concelho

e com estas condições. Foi feito, está feito e bem feito. Podendo não estar perfeito, porque há sempre como melhorar, dotou o concelho de condições que até agora não tinha, permitindo-nos afirmar, também, através dele. -----

- O que têm as obras da Avenida General Alves Pedrosa que o levam a tal descontentamento? Da nossa responsabilidade, melhoramos a circulação rodoviária e pedonal naquele espaço, com lugares de estacionamento convenientes e com um arranjo paisagístico atualizado e coincidente com a restante linguagem do cento da vila. Talvez o Sr. ainda não tenha tido oportunidade de usufruir dela de forma conveniente para fazer as afirmações que faz. -----

- No que concerne às Obras de repavimentação e alargamento da estrada de Fermentões-Vilela, uma estrada rural, é uma obra que requeria uma intervenção há muitos anos, fomos também nós que tomamos essa iniciativa, investindo lá quase 200.000 mil euros, sendo que as características dessa intervenção têm validação técnica dos nossos serviços competentes para tal. -----

Em relação às Freguesias do concelho, não revejo que o Sr. deputado seja a pessoa mais indicada para vir falar em nome das mesmas. Saiba o Sr. que o trabalho feito, e a ser feito, em cada uma das nossas freguesias, tem uma articulação com as mesmas e acompanha as suas necessidades. Porque são sempre ouvidas e, assim, o executivo sabe, quase tão ao pormenor como elas, quais as reais e principais necessidades de cada uma delas. No momento certo, com os meios mais apropriados, temos realizado obras por todo o concelho e assim vai continuar a acontecer até ao final do mandato. -----

E mais, Sr. deputado, sofremos um boicote feroz à governação nos primeiros tempos deste mandato e foi preciso encontrar-se uma solução de estabilidade governativa que nos permitisse trabalhar para todos os nossos munícipes sem que outras lógicas políticas se sobrepusessem às prioridades do concelho. E foi isso que aconteceu. E está a correr bem. -----

"Nestes dois anos, uma Instituição Bancária que fechou portas, uma Mesa da Assembleia Municipal que foi destituída de forma indescritível e com recurso a processos administrativos vergonhosos, uma oposição com processos em tribunal instaurados pela Senhora Presidente da Câmara". Sabe, Sr. deputado, lamento que o Sr. tenha uma visão muito enviesada e politizada da realidade, levando-o a fazer as afirmações que faz. Se há alguém que persegue alguém aqui, não sou eu, não somos nós. -----

Se esta assembleia teve um funcionamento pouco digno durante alguma parte deste mandato, foi, com certeza, pela impreparação e má gestão que a mesa, da qual o Sr. também fez parte, teve. E se atualmente esse problema está resolvido, exatamente com as mesmas condições que até à data estavam disponíveis, tudo foi feito dentro dos tramites legais e dos mecanismos que a lei pressupõe para o efeito. Como é sempre! -----

"Procedimentos concursais e administrativos, absolutamente miseráveis no que ao cumprimento da legalidade diz respeito?" Sr. deputado, exige-se mais retrato da sua parte, e respeito, pela verdade, por si e, acima de tudo, por mim e pela Câmara Municipal, que tudo faz dentro das suas competências e das leis que a suportam. Não lhe admito tais afirmações falsas! -----



"política do Pão e Circo", que consiste em distrair o povo com festas e merendas, para que estes não se apercebam da real situação dos problemas do concelho?" -----

Distrair o povo? Está o Sr. deputado a afirmar que o nosso povo é pouco inteligente e que, se fosse essa intenção, se deixaria enganar por esse tipo de gestão? -----

Para além de um pedido de desculpas aos munícipes do concelho, que não merecem ouvir de si, nem de ninguém, este tipo de afirmações e insinuações, saiba o Sr. deputado que a Plano de Eventos que temos vindo a desenvolver também faz parte da afirmação do nosso território. De forma otimizada e com sucesso. Otimizada porque com menos do que é normal, e do que se gasta em outros eventos que acontecem à nossa volta, temos realizado eventos de destaque e referência, e muito participados, inclusivamente pelo sr., que tem podido comprovar que isto é verdade. A gestão da autarquia, pressupõe isto e muito mais. Estamos para as pessoas, estamos para os problemas das pessoas e do território. E é nisso que continuamos a trabalhar afincadamente. E, para seu infortúnio, e de outros, estamos a trabalhar e a preparar convenientemente o futuro do nosso concelho e, quando perceber, teremos Sabrosa e o restante concelho dotado de obras e intervenções que nos farão ficar orgulhosos. -----

E, para terminar, para além de todas as dinâmicas de cariz cultural, tradicional e desportivo que nos têm afirmado interna e externamente, relembro só uma pequena parte daquilo que já executamos: - Inauguração da Pavimentação e Obras no caminho de acesso à Capela de São Domingos de Monte Coxo; - Inauguração da requalificação do polidesportivo de Souto Maior; --- - Cobertura de passagem na entrada do Centro Escolar Fernão de Magalhães; - Obras de melhoria no Campo da Feira Velha; - Conclusão das obras da Área de Acolhimento Empresarial; - Inauguração do Mercado dos Produtos Durienses; - Inauguração/abertura da Casa Museu Miguel Torga; - Inauguração do Espaço de Apoio ao Pedestrianismo e da Rede de Percursos Pedestres, Paços; - Inauguração do Espaço de Apoio à Visitação, de Vilarinho de São Romão; - Obras de melhoria da Rua do Rapa em São Martinho de Anta; - Obras de requalificação da Avenida General Alves Pedrosa, Sabrosa; - Obras de melhoria no polidesportivo de Provesende; - Requalificação da zona envolvente ao Mercado dos Produtos Durienses; - Conclusão das obras de requalificação de Celeirós do Douro; - Obras de requalificação e melhoria no cruzamento de São Cristóvão do Douro/Carrasco, com a JF de Provesende; - Regeneração da Rua Vale do Cavalo – Vilarinho de São Romão; - Obras de repavimentação e alargamento da estrada de Fermentões-Vilela (182.375.35 €); - Obras de melhoria na antiga escola primária de Roalde. -----

E, para além disso, -----

- Adquirimos a Quinta do Conde (1.ª fase), Sabrosa -----

Aplicamos e reforçamos muitos apoios que merecem ser destacados e lembrados: -----

- Apoios no âmbito social, como é exemplo o das Creches gratuitas (que já foi reforçado duas vezes), para as famílias; - Mas também para as Associações e IPSS's, que no último ano ascenderam quase ao milhão de euros; - Múltiplos Apoios à educação, - Refeições gratuitas no



pré-escolar, gratuidade dos transportes, entre muitos outros; - Apoio aos Empresários através do protocolo celebrado com o NERVIR; - Apoio à comparticipação do pagamento da fatura da ADIN; - Pacote de atração fiscal, bem diferente das realidades que acontecem à nossa volta. --- E, num período em que os grandes investimentos estiveram comprometidos pela falta de disponibilidade de linhas e medidas de financiamento, trabalhámos um conjunto de projetos que, estando prontos, e alguns deles já candidatados, a breve prazo transformarão a realidade do concelho, como são exemplo: - O Fórum Comercial de Sabrosa; - Reabilitação da Escola Básica e Secundária Miguel Torga, Sabrosa; - Via Panorâmica com Rota de Miradouros: Lugar do Pinhão – Donelo; - Residência Artística Rocha Cabral, em Paradela de Guiães; - Centro de Cultura e Artes Manassés Lacerda Botelho – Casa do Fadista Manassés; - Reabilitação do Jardim de Infância de São Martinho de Anta; - ELH - Estratégia Local de Habitação: Compra, projetos e obras de requalificação e construção; - Parque Industrial de São Martinho de Anta, que está em fase de aquisição de terrenos. -----

E outras tantas intervenções e projetos que executamos e que podia enumerar.....----- É isto que interessa. É isto que nos interessa! E é este o caminho que continuaremos a fazer. Abraçando o futuro do concelho de Sabrosa!" -----

Continuou, a Presidente da Câmara Municipal, destacando que, conforme detalhado na Informação distribuída aos Senhores Deputados, estão terminadas as obras de Mobilidade Urbana Sustentável – Interface da Aldeia Vinhateira em Celeirós do Douro. Deu ainda nota que o projeto de execução, para instalação de um novo posto territorial da GNR, na antiga escola primária de Sabrosa, está terminado e muito em breve arrancará o concurso de empreitada; O Loteamento de Santa Bárbara – Fase II (custos controlados) continua em desenvolvimento e que, quando lançado, virá ajudar à fixação de mais uma dezena de famílias; Ainda no mesmo âmbito da habitação, a Estratégia Local da Habitação está a entrar numa nova fase, também ela decisiva e que, no total, vai beneficiar mais de 40 famílias; Submetida também a candidatura do projeto de obras para o Centro de Saúde de Sabrosa. -----

No âmbito da Unidade Orgânica Flexível – Educação, Saúde e Ação Social, destacou: a obra de substituição da iluminação do pavilhão gimnodesportivo, da Escola EB 2,3/S Miguel Torga, assumida exclusivamente pela Câmara Municipal de Sabrosa. Nesta intervenção foi substituída toda a iluminação do recinto desportivo, que se encontrava em estado de degradação, permitindo uma melhor fruição do espaço e um maior conforto e segurança na prática desportiva. O investimento total desta melhoria foi de 13.610,40€ (treze mil seiscentos e dez euros e quarenta centimos); organizou-se a comemoração da Festa de Natal das Escolas, em colaboração com o Agrupamento de Escolas; e foram entregues a 113 estudantes universitários residentes no concelho, as Bolsas de Estudo Miguel Torga para o Ensino Superior, relativas ao ano letivo 2023/2024, num total de 67 800€, numa cerimónia que decorreu a 29 de dezembro, no Auditório Municipal de Sabrosa; também realizou-se a Festa de Natal Sénior, a 9 de dezembro de 2023, no Mercado dos Produtos Durienses, com a participação de cerca de 700 idosos do Município.



Uma organização conjunta com a Cruz Vermelha Portuguesa – Centro Humanitário de Sabrosa, contando com a colaboração das várias IPSS do Concelho. -----

No âmbito do Acolhimento às cidadãs/cidadãos Ucrrianos deslocadas/os, deu nota de que se continua a dar apoio, orientação e acompanhamento à comunidade ucraniana, constituída, atualmente, por 5 elementos; e que foi atualizado o Protocolo de Colaboração com a Associação Bagos Douro, com vista à continuidade da parceria existente e iniciada em 2010, no apoio à educação de crianças e jovens carenciados do concelho, como forma de inclusão social no território. -----

No que à UOF de Desenvolvimento e Empreendedorismo Local diz respeito, realçou que foi mais um período de intensa e variada atividade, tendo destacado: A preparação e execução da candidatura ao PRR - Modernização da Infraestrutura tecnológica da rede de equipamentos culturais, para aquisição de equipamento de projeção digital de cinema (DCP) e de vídeo para o Auditório Municipal de Sabrosa; Acompanhamento de candidatura ao programa da União Europeia “Geminação de cidades”, com Cadaujac; Preparação e submissão da candidatura à Linha + Interior do Turismo de Portugal do projeto de “Instalação de Residência Artística Rocha Cabral na Antiga Escola de Paradelas de Guiães”; O Apoio na preparação da candidatura ao Programa Portugal *Events* - Programa de Apoio à Organização de Eventos de Interesse Turístico inserido numa medida prevista no Plano Reativar o Turismo; Acompanhamento do Projeto *Pannonias Digital Old Lands: history, cultural heritage and rural landscapes* que será candidatado à Linha + Turismo Interior, do Turismo de Portugal. -----

Dos muitos eventos realizados, destacou ainda: O apoio à realização da Festa do Chocolate e do Vinho do Porto da Junta de Freguesia de Celeirós do Douro; A realização da 3ª edição do Mercado de Natal; O Concerto de Boas Festas da Banda de Música de Sabrosa com os Solistas da Banda Sinfónica Portuguesa; A abertura de exposição “Coleção Cooperativa Árvore”, no Espaço Miguel Torga; E a reativação do Festival Artistas da Nossa Terra, com o Recital de Canto Lírico e Piano por Margarida Ribeiro e Mateus Barros. -----

Deu ainda nota de que esteve, no passado dia 16 (dezasseis) de janeiro, em Lisboa, numa reunião com a Ministra da Coesão Territorial, Ana Abrunhosa e com a Secretária de Estado, Isabel Ferreira, no Ministério da Coesão Territorial, bem como também esteve presente numa cerimónia de homenagem aos autarcas da CIM Douro, em Sernancelhe, no dia 13 (treze) de janeiro e ainda no dia 15 (quinze) de janeiro, numa sessão do Parlamento dos Jovens, na Escola Básica e Secundária Miguel Torga, em Sabrosa. -----

Terminou dizendo que, no que à UOF- AFP diz respeito, e porque esta é uma divisão de suporte e apoio, transversal a toda aquela que é a atividade da Câmara Municipal de Sabrosa e tendo este sido um período de intenso trabalho, realçou o esforço despendido pelos trabalhadores afetos a esta unidade, no fecho do ano de 2023 (dois mil e vinte e três) e na abertura do ano de 2024 (dois mil e vinte e quatro). -----



FI 49



Colocado o assunto à discussão, solicitaram a sua inscrição os Deputados Maria João Bessa, Luís Baptista, Luís Almeida e Suzanne Peixoto. -----

Tomou a palavra a Deputada Maria João Bessa, referindo que ficou com dúvidas se estava a ser seguida ou não a ordem de trabalhos, dado que a Presidente da Câmara Municipal falou durante cinco minutos sobre outros assuntos, antes da apresentação da Informação, pelo que pediu que em outras intervenções, os Membros desta Assembleia Municipal, tivessem o mesmo tratamento. -----

Continuou solicitando esclarecimentos relativamente ao processo judicial com a referência 1232/20.9BEMDL, relativa a Impugnação de Atos Concurrais, constante da página 21 (vinte e um) da Informação da Presidente. -----

Foi dada a palavra à Presidente da Câmara Municipal, que referiu que, como se pode verificar pelo número do processo, este diz respeito ao ano de 2020 (dois mil e vinte), pelo que quando tomou posse o processo já estava em andamento, contudo, e estando presente o Consultor Jurídico, solicitou que o mesmo pudesse prestar mais esclarecimentos. -----

Dada a palavra ao Consultor Jurídico, Filipe Correia, que após cumprimentar os presentes, esclareceu que o Ministério Público tem poderes de averiguar e intentar ações contra as autarquias locais ou outras entidades, como é o caso, pelo que resolveu questionar os procedimentos concursais abertos em 2018 (dois mil e dezoito). A Câmara Municipal de Sabrosa apresentou a contestação em devido tempo e agora aguarda-se, como em muitos outros processos, o impulso processual do Tribunal. Poderá acontecer uma de duas situações, se o juiz entender que o processo necessita de outro tipo de prova, nomeadamente prova testemunhal, marca audiência de julgamento, se entender que todos os elementos que constam do processo são suficientes para uma decisão, elabora a sentença, que as partes analisam e se não concordarem com ela têm 30 (trinta) dias para apresentar recurso. -----

A Presidente da Assembleia Municipal, respondendo à Deputada Maria João Bessa, disse que no espaço destinado à Informação da Presidente, esta pode prestar as informações que bem entender, desde que respeitantes à atividade do Município e que apenas lhe é pedida contenção com o uso do tempo, como foi o caso. Para além disso, a Presidente da Câmara Municipal, neste caso em concreto, prestou informações em resposta às questões colocadas pelo Deputado João Borges, na última sessão da Assembleia Municipal e ligadas exclusivamente à gestão municipal. De seguida, tomou a palavra o Deputado Luís Baptista, questionando qual o artigo do regimento da Assembleia Municipal onde consta que os documentos a apresentar à Assembleia Municipal devem ser enviados à Mesa com 2 (dois) dias de antecedência. E, relativamente às intervenções dos Técnicos, fez o seguinte reparo, porque esses técnicos podem apresentar os seus esclarecimentos a partir do seu lugar sentados e quando são os membros desta Assembleia Municipal, estes têm de deslocar até ao púlpito para o fazerem, criando-se, no seu entender, uma situação "diferenciada". -----

Relativamente à Informação da Presidente, solicitou a lista com os nomes dos 113 (cento e treze) estudantes a quem as Bolsas de Estudo Miguel Torga foram atribuídas. E, no que à área da saúde diz respeito, mais propriamente no acompanhamento e resolução de necessidades de funcionamento do Centro de Saúde de Sabrosa, questionou quais eram essas necessidades, que intervenções foram feitas e se essas intervenções permitem dar melhores condições de saúde aos utentes, nomeadamente, permitir a realização de radiografias ou até análises clínicas. Continuou perguntando também, qual foi o valor gasto com a realização da Festa de Natal Sénior e ainda, relativamente à Estratégia Local de Habitação disse ter-se apercebido da repetição da informação relativa aos 14 (catorze) imóveis, e já referida na anterior sessão desta assembleia, pelo que questionou se houve alguma alteração, bem como reiterou o seu pedido de informação sobre este assunto. -----

Quanto à Medida 3 – Resolução de situações indignas em domínio privado – insalubridade/insegurança, sobrelotação e inadequação, afirmou que cerca de 20% do concelho não tem acesso à rede de saneamento, tendo até o próprio já apresentado uma moção no sentido do alargamento da rede de saneamento, por forma a dotar todo o concelho da tão necessária rede de saneamento, tendo, na época, a Presidente da Câmara Municipal respondido, que essa era uma competência da AdIN. Pergunta, pois, se não poderão haver intervenções, por parte da Câmara Municipal, no sentido de melhorar as condições de vida das pessoas. Acrescentou que, para si, o acesso à rede básica de saneamento é da responsabilidade do Município. -----

Terminou questionando se todos os processos judiciais existentes estão elencados nesta lista de 17 (dezasete) e solicitou mais esclarecimentos sobre os processos judiciais n.ºs.4, 6 e 13. - Foi dada a palavra à Presidente da Câmara Municipal que, em resposta às questões colocadas pelo Deputado Luís Baptista, mais concretamente, sobre a lista de estudantes a quem foram atribuídas as Bolsas de Estudo Miguel Torga, terá de questionar o Encarregado de Proteção de Dados sobre essa situação, contudo, e uma vez que houve uma cerimónia pública de entrega, não lhe parece existir qualquer problema no fornecimento desses dados. -----

Relativamente à área da saúde, esclareceu que, com a transferência de competências nesta área, o Município apenas ficou com as responsabilidades relativas ao edifício, viaturas e Assistentes Operacionais e que, até ao momento, não houve nenhuma obra, apenas foi feito um levantamento das necessidades, pelos técnicos do Município e pelos profissionais de saúde, para efeitos de uma candidatura, na qual foi possível assegurar € 400.000,00 (quatrocentos mil euros) para essas mesmas obras, que se prendem sobretudo com eficiência energética e cobertura da entrada do edifício. Sobre os serviços de saúde propriamente ditos, não lhe é possível dar qualquer tipo de informação, visto não a ter. -----

Relativamente às questões do saneamento, disse que respeita a opinião do Deputado, quando este afirma que esta é uma responsabilidade do Município e não da AdIN, contudo, esclareceu que, desde 2020 (dois mil e vinte), aquando da formação e integração do Município de Sabrosa na empresa AdIN, o Município deixou de ter qualquer responsabilidade nesta área. Sendo que,



o novo quadro comunitário, ao contrário do anterior, prevê que os Municípios, através do fundo ambiental, se possam candidatar a verbas para fazer face a essas situações, o que está a ser ponderado com seriedade, principalmente sobre a aldeia de Vilarinho de Parada do Pinhão, dado ser este, um caso ambiental grave. -----

Quanto à Estratégia Local de Habitação (ELH), desde a data a que se reporta esta Informação e até este momento não houve a aquisição de mais nenhum imóvel, tendo em conta, que este é um processo muito lento, também porque o IHRU tem demorado muito tempo na análise das candidaturas, assim como, os serviços têm tido muitas dificuldades para cumprir o básico e exigido, pois que cada imóvel obedece a um projeto de arquitetura, um projeto de especialidades, um parecer do IHRU e um financiamento. Apesar de existir uma verba afeta à ELH de PRR, o que é certo é que até ao momento o Município nada recebeu. Acrescentou ainda, que os 14 (catorze) imóveis foram adquiridos nas seguintes localidades: Torre do Pinhão, Parada do Pinhão, São Lourenço de Ribapinhão, Sabrosa, Vilarinho de São Romão, Celeirós do Douro, São Martinho de Anta e Paços, sendo que também está prevista a recuperação das antigas escolas primárias de Feitais e Donelo e ainda o antigo posto de saúde de Provesende, todas para habitação social. -----

Quanto aos processos judiciais, disse serem antigos, pelo que solicitou que fosse dada a palavra ao Consultor Jurídico para melhor esclarecimento. -----

Concedida a palavra ao Consultor Jurídico, Filipe Correia, que sobre o processo judicial n.º 4, responderia por escrito, dado que no momento não o conseguia localizar. -----

Relativamente ao processo judicial n.º 6, começou por referir que o processo é balizado pelo pedido que a interessada fez na petição inicial e, neste caso, foi pedido o seguinte: *"Declarar-se a nulidade Absoluta, ou caso assim se entenda, Relativa, do ato administrativo consubstanciado no Despacho Ref.ª 91/DOSOT, do Vice-Presidente do Município de Sabrosa, datado de 5 de Fevereiro de 2019, no uso da competência delegada pelo Sr. Presidente da Câmara, que ordenou a demolição total da piscina e do edifício destinado a arrumos agrícolas, com alegação de que foram construídos sem o devido controlo prévio, mais concedente o prazo de cem (100) dias seguidos para proceder à realização desses trabalhos de demolição, sob pena da Câmara Municipal promover a sua execução e cobrar os respetivos custos, nos termos do disposto no artigo 108º do RJUE; Subsidiariamente, caso assim não se entenda, o que não se concebe nem concede, deve o R. ser condenado a reconhecer que a manutenção do edifício destinado a arrumos agrícolas, com o encerramento da piscina de existência e construção mais antiga, e a manutenção da piscina com construção mais recente, é a solução urbanística que melhor respeita os princípios da igualdade e proporcionalidade, e bem assim as normas dos Instrumentos de Gestão Territorial, designadamente do RPOARC, o PDM, o RJREN e a Lei 107/2001 de 8 de Setembro"*. -----

Esclareceu ainda que, em 2016/2017, o IGAMAOT fez uma vistoria desde a barragem de Bagaúste à Valeira, filmando os territórios nas margens do rio Douro. Seguiu-se um relatório do

IGAMAOT onde foram referidas várias ilegalidades urbanísticas em vários territórios e concelhos. Relativamente ao Município de Sabrosa foram mencionadas duas irregularidades urbanísticas sem consequência criminal, como alguns concelhos tiveram. As duas irregularidades do concelho de Sabrosa, referiam-se a esta situação. Referiu o que foi feito pela DOSOT à data, relativamente a essas duas situações. Acrescentou que houve um despacho do Sr. Vice-presidente para a demolição total da piscina e do espaço destinado a arrumos agrícolas, terminando a dizer que os interessados recorreram ao tribunal, aguardando-se a decisão. -----

Em momento posterior, esclareceu, ainda, o Consultor Jurídico, que relativamente ao processo judicial n.º 4, e dado já ter localizado a informação que a ele diz respeito, disse, que este é um processo que só chegou ao conhecimento da Câmara Municipal de Sabrosa em 2019 (dois mil e dezanove), em que a SEPNA (Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente) remeteu à APA (Agência Portuguesa do Ambiente), uma ocorrência de 06/10/2016, pelo facto de uma de ETAR estar cheia, e uma outra estar a derramar para o exterior, tendo esta última entidade decidido intentado este processo de contraordenação. -----

De seguida, referindo-se ao processo judicial n.º 13, disse que neste o pedido foi que, *“seja declarada a invalidade (anulação/declaração de nulidade) do acto administrativo do Município de Sabrosa, corporizado no ofício datado de 18.09.2020, por força do qual foi determinada a suspensão do pedido de emissão do alvará de licenciamento de obras no âmbito do Processo de Licenciamento n.º 31/2017, em virtude dos vícios melhor descritos supra da presente Petição Inicial e com todas as consequências legais. E bem assim, seja o Município de Sabrosa condenado à prática do acto devido, nomeadamente ao deferimento do pedido de emissão e respetiva emissão do alvará Página 22 de 23 de obras de edificação no âmbito do Processo de Licenciamento n.º 31/2017”*. -----

De novo, no uso da palavra, o Deputado Luís Baptista agradeceu as informações prestadas e felicitou os 113 (cento e treze) estudantes universitários do concelho que receberam a Bolsa de Estudo Miguel Torga. Relembrou ainda a Presidente da Câmara Municipal de que não respondeu à questão, por ele colocada, sobre qual o custo da realização da Festa de Natal Sénior. -----

Terminou dizendo que hoje em dia, a ausência de saneamento é um caso de saúde pública e lamenta que a Presidente da Câmara Municipal não tenha feito os esforços necessários para que a AdIN pudesse repor a situação, de modo a que o concelho ficasse todo com acesso à rede de saneamento básico. -----

Tomou de novo a palavra a Presidente da Câmara Municipal que sobre o evento da Festa de Natal Sénior respondeu que a missa foi gratuita e a Câmara Municipal assumiu as despesas com os almoços em colaboração com a Centro Humanitário de Sabrosa da Cruz Vermelha Portuguesa, não sabendo, portanto, valores corretos, mas que lhe poderá enviar mais essa informação. -----

Quanto à questão do saneamento, disse ser a opinião do Deputado Luís Baptista, não significando por isso, que nada foi feito, não obstante, com o novo quadro comunitário, espera ser possível resolver essa situação, por concordar que se trata de um problema de saúde pública. Tomou a palavra o 2.º Secretário, Gilberto Taveira, que relativamente à questão levantada pelo Deputado Luís Baptista, sobre a rede de saneamento básico, disse que o problema está identificado quer pelo Executivo Municipal, quer pela Junta de Freguesia de Parada do Pinhão, mas que nenhuma delas tem de repor nada, simplesmente porque o saneamento nunca existiu. Acrescentou que há uma total responsabilidade da AdIN, desde o primeiro momento, até porque, o seu responsável de operações já foi ao local para perceber o que se poderia fazer para minimizar o problema. Para além disso, como é do conhecimento de todos, o Município apoia a limpeza das fossas sépticas para quem tem esse problema. Fica, portanto, claro para todos, que há um assumir de responsabilidade, tanto da Junta de Freguesia, quanto da Câmara Municipal, pelo que o assunto não é tratado de forma leviana. -----

Tomou de novo a palavra o Deputado Luís Baptista, que em defesa da honra disse que o Presidente da Junta de Freguesia de Parada do Pinhão anda a esforçar-se para algo, que ele faz apenas, por lazer. -----

Dando continuidade à ordem de inscrição neste ponto, tomou a palavra o Deputado Luís Almeida, que relativamente à Informação da Presidente, disse que tinha várias questões para colocar, que, entretanto, algumas foram sendo esclarecidas no decorrer da reunião. Continua a sua intervenção solicitando os seguintes esclarecimentos, "... na pág. 5 da informação, dentro do ponto da ação social e habitação, surge a indicação que "foram distribuídos 18 cabazes solidários de bens alimentares às famílias carenciadas". Neste sentido e se possível, podem esclarecer um pouco acerca dos critérios de seleção das famílias, de como são sinalizadas, e se este nº de 18 cabazes/famílias abrange a totalidade de famílias carenciadas que existem no concelho, ou foram só escolhidas estas 18 por uma razão ou critério específico? -----

É nos também informado que o município se encontrava a preparar a participação na BTL de 2024, e uma vez que a BTL começou hoje, gostaria de que pudessem informar a AM acerca desse plano de participação, nomeadamente se a participação é feita de forma "independente", ou seja, se o município participa de forma isolada enquanto entidade, ou se o faz em conjunto com outros stakeholders do nosso concelho ou parceiros regionais. Saber ainda qual a estratégia que o município pretende implementar e qual os meios, materiais, humanos e financeiros que estão previstos nesta operação? -----

Dentro desta temática solicitar ainda informação mais pormenorizada acerca do que descrevem como, e vou citar: "preparação da participação do município em vários certames de cariz turístico/promocional no ano de 2024" fim de citação. Saber quais são os certames? Onde são? Como vão fazer e quanto vai ser? Assim desta forma, de certo que, nós, membros da AM, e os munícipes estaremos mais informados acerca desses eventos promocionais ou certames, e assim também ajudar na divulgação e na promoção da marca "Concelho de Sabrosa". -----

Para terminar o ponto 2.3 das informações, no ponto 4 da presente informação vêm descrita que houve uma reunião da ADIN com a presença da Srª Presidente, no passado dia 9/01/2024. Assim sendo gostaria de saber se a Srª Presidente aproveitou o momento para reforçar e fazer chegar as preocupações que têm vindo acontecer com os procedimentos da empresa de águas nas diversas obras pelo nosso concelho, esplanadas nas diversas queixas dos munícipes, nas diversas queixas das juntas de freguesias e reforçadas recentemente pela moção de censura, aprovada por unanimidade na última reunião deste órgão? Saber se a ADIN assumiu o compromisso de mudar a forma de atuação, começando a demonstrar respeito pelos seus clientes, pelos nossos munícipes, pelas nossas juntas de freguesia, ou desculpem a expressão "vão continuar a assobiar para o lado"?". -----

Foi dada a palavra à Presidente da Câmara Municipal que respondeu que, relativamente à entrega dos cabazes solidários, estas famílias foram identificadas e são acompanhadas pelas equipas do Rendimento Social de Inserção (RSI) e Serviço de Acompanhamento e Ação Social (SAAS), sendo que o Município apenas contribuiu na constituição dos cabazes, não tendo feito qualquer tipo de seleção. -----

Quanto à BTL, informou que o Município de Sabrosa vai estar presente no dia 1 (um) de março, para a promoção do concelho, conjuntamente com os técnicos da UOF-DEL, sendo que os custos serão apenas os correspondentes às deslocações. Acrescentou que o Município não tem um stand próprio, uma vez que em sede de reunião da CIM Douro foi deliberado que todos os Municípios utilizariam o mesmo stand, de acordo com uma calendarização predefinida, para a apresentação e promoção do seu território. -----

Relativamente aos certames, disse que a participação é feita pelos técnicos do Município e em outras situações, a divulgação e promoção é feita pela Associação Sabrosa Douro XXI, com quem temos um protocolo, com custos muito reduzidos para o Município, que se pautam apenas pelas despesas de deslocação e aquisição de produtos. -----

Para terminar, referiu que foi aprovado por unanimidade, em reunião de executivo municipal, a comparticipação de um valor de até € 500,00 (quinhentos euros) por ano, para apoio às Juntas de Freguesia, para mitigar o impacto da despesa com o consumo de água dos bebedouros, cemitérios e fontanários, tendo todas as Juntas de Freguesia aderido, com exceção de duas. Acrescentou ainda que a água é um bem escasso e que necessita de controlo e, apesar de continuamente transmitir as suas preocupações com tudo o que se tem passado, relativamente à AdIN, duvida, no entanto, que o comportamento desta entidade, ou a sua forma de atuação, se vá alterar. -----

De seguida, tomou a palavra a Deputada Suzanne Peixoto, que após cumprimentar os presentes, questionou se o programa "Apoiar a Primeira Infância", apoia todas as crianças ou apenas algumas, uma vez que na Informação da Presidente, é referido que abrange 6 (seis) crianças desde janeiro de 2024 (dois mil e vinte quatro). -----



Perguntou ainda, referindo-se à página 14 (catorze) da Informação, por que motivo aparece a indicação de que várias pessoas terminaram as suas funções a 31 (trinta e um) de dezembro de 2023 (dois mil e vinte e três) e no parágrafo seguinte, é referido o início de funções de algumas dessas pessoas a 19 (dezanove) de janeiro de 2023 (dois mil e vinte e três). -----

Terminou dizendo que a Presidente da Assembleia Municipal tem dado tratamento diferenciado aos Membros desta Assembleia Municipal, o que no seu entender, não pode acontecer. Acrescentou que não é correto que a Presidente da Assembleia Municipal diga que o 2.º Secretário vai falar da Mesa nessa qualidade, quando o mesmo falou na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Parada do Pinhão, pelo que existem tratamentos diferentes para diferentes Membros da Assembleia Municipal de Sabrosa. -----

Foi dada a palavra à Presidente da Câmara Municipal que esclareceu que o Estado assumiu o pagamento das creches, sendo que apenas estas 6 (seis) crianças são aquelas que, neste momento, não atingem os critérios para serem apoiadas pelo Estado, pelo que o Município assume esse apoio. -----

Quanto aos colaboradores que iniciaram funções a 19 (dezanove) de janeiro, existe um lapso no ano, que não é 2023 (dois mil e vinte e três), mas sim 2024 (dois mil e vinte e quatro). -----

A Presidente da Assembleia Municipal, em resposta à questão levantada pelo Deputado Luís Baptista, disse que a entrega dos documentos à Mesa, está prevista no artigo 27.º do Regimento da Assembleia Municipal. Assim, todos os documentos a distribuir durante uma sessão da Assembleia Municipal, deverão sê-lo através da Mesa. Contudo, podem ainda ser entregues à Mesa documentos, durante a sessão, para que esta solicite, em nome do Deputado em questão, autorização à Assembleia Municipal, para a sua distribuição. -----

Relativamente ao Consultor Jurídico, esclareceu que, dado que o mesmo tem de se socorrer do seu computador, dos processos físicos, códigos e livros para apresentar os seus esclarecimentos, não faz qualquer sentido lhe pedir que se desloque até ao púlpito com toda essa logística. E, quanto ao Chefe de Divisão UOF-AFP, este habitualmente desloca-se até ao púlpito para as suas intervenções, tendo hoje, apenas, sido uma exceção, dado que a resposta era praticamente taxativa. -----

A Presidente da Assembleia Municipal, em resposta à Deputada Suzanne Peixoto, informou que todos os deputados lhe merecem o maior respeito e que é possível que a forma como conduz os trabalhos da Assembleia Municipal não agrade a todos, mas nunca retirou o direito de participação a qualquer deputado. Bem diferente da postura da anterior Mesa desta Assembleia, eleita e apoiada pela Deputada Suzanne Peixoto, que não só ignorou repetidamente as solicitações que lhe foram remetidas por dois terços dos membros desta Assembleia, não se dignando a dar-lhe qualquer resposta, como nos impediu, a todos, durante meses, de exercer o nosso mandato e reunir ordinariamente esta Assembleia. Esclareceu ainda, e mais uma vez, que das decisões da Presidente e da Mesa, a Senhora Deputada ou qualquer outro Membro, pode

sempre recorrer para o plenário desta Assembleia, que em última instância decide sobre qualquer recurso. -----

Deliberação: Tomado conhecimento. -----

----- **Dois ponto quatro: Presente informação n.º 660/24 da UOF AFP datada de 19 (dezanove) de janeiro de 2024 (dois mil e vinte e quatro), referente ao assunto:** Declarações de pagamentos em atraso, recebimentos em atraso e compromissos plurianuais. Contém deliberação do Executivo Municipal do seguinte teor: *"Tomado conhecimento, submetendo à Assembleia Municipal"*. -----

Colocado o assunto à discussão, não se registou qualquer intervenção. -----

Deliberação: Tomado conhecimento. -----

----- **Dois ponto cinco: Presente informação n.º 1162/24 da UOF AFP datada de 5 (cinco) de fevereiro de 2024 (dois mil e vinte e quatro), referente ao assunto:** Modificação Orçamental n.º 3, que corresponde à Alteração Modificativa n.º 1 (Revisão), Alteração Modificativa Orçamental ao Orçamento da Receita n.º 1, Alteração Modificativa Orçamental ao Plano Plurianual de Investimento n.º 1. Contém deliberação do Executivo Municipal do seguinte teor: *"Aprovado, por maioria, com as abstenções dos Vereadores Natália Amarante e Mário Varela, a Modificação Orçamental acima mencionada e submeter à aprovação da Assembleia Municipal, de acordo com a alínea c), do n.º 1, do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação"*. -----

Foi dada a palavra à Presidente da Câmara Municipal que esclareceu que a modificação orçamental apresentada se prende, essencialmente, com dois aspetos: o primeiro diz respeito ao artigo 35.º, uma situação transitória apenas para vigorar em 2024 (dois mil e vinte e quatro), e que por falta de indicação precisa da DGAL (Direção-Geral das Autarquias Locais), para a sua classificação, foi a mesma incluída numa rubrica residual. Assim, de acordo com a norma instrutória que só agora foi dada a conhecer, proceder-se-á então a alteração da dotação orçamental para a dotação correta. O segundo aspeto, diz respeito ao equacionar, por parte da Câmara Municipal, de um pedido de empréstimo para o projeto *"Fórum Comercial de Sabrosa"*, isto é, para a reabilitação e requalificação do Mercado Municipal de Sabrosa, sendo necessário projetar o investimento na sua plurianualidade em consonância com o empréstimo que se pretende contratar. A obra decorrerá em mais do que um ano, pelo que, também, o empréstimo será libertado em função de cada um dos montantes programados para cada ano. Os valores indicados surgem na sequência dos valores previstos em sede de projeto de arquitetura. -----

Colocado o assunto à discussão, não se registou qualquer outra intervenção, pelo que o mesmo foi de seguida colocado a votação. -----

Deliberação: Aprovada por maioria, a Modificação Orçamental n.º 3, que corresponde à Alteração Modificativa n.º 1 (Revisão), Alteração Modificativa Orçamental ao Orçamento da Receita n.º 1, Alteração Modificativa Orçamental ao Plano Plurianual de Investimento n.º 1, com

1 (um) voto contra do Deputado Luís Almeida e 6 (seis) abstenções dos Deputados Luís Baptista, Carolina Lopes, Suzanne Peixoto, Maria João Bessa, João Borges e Fátima Fernandes. -----

O Deputada Luís Almeida apresentou a seguinte declaração de voto contra: *"Em relação a este ponto, a modificação orçamental não devia ser votada antes da discussão do ponto acerca da discussão e autorização prévia da contratação do empréstimo de médio/longo prazo do ponto 2.10 da presente reunião da AM, pois a mesma prevê a contabilização da verba do empréstimo, assunto que ainda carece de discussão e aprovação pelos membros desta AM, como tal voto contra"*. -----

----- **Dois ponto seis: Presente informação n.º 999/24 da UOF AFP datada de 31 (trinta e um) de janeiro de 2024 (dois mil e vinte e quatro), referente ao assunto:** Lista de adjudicações plurianuais, em cumprimento da deliberação aprovada em Assembleia Municipal de 27 (vinte e sete) de dezembro de 2023 (dois mil e vinte e três). Contém deliberação do Executivo Municipal do seguinte teor: *"Tomado conhecimento, submetendo à Assembleia Municipal"*. -----

Colocado o assunto à discussão, não se registou qualquer intervenção. -----

Deliberação: Tomado conhecimento. -----

----- **Dois ponto sete: Presente informação n.º 1194/24 da UOF AFP datada de 5 (cinco) de fevereiro de 2024 (dois mil e vinte e quatro), referente ao assunto:** Primeira alteração ao Mapa de Pessoal 2024 (dois mil e vinte e quatro). Contém deliberação do Executivo Municipal do seguinte teor: *"Aprovado, por maioria, com a abstenção do Vereador Mário Varela, a primeira alteração ao Mapa de Pessoal 2024 (dois mil e vinte e quatro), submetendo à apreciação da Assembleia Municipal, de acordo com o n.º 5, do artigo 29.º, do Anexo I, da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação"*. -----

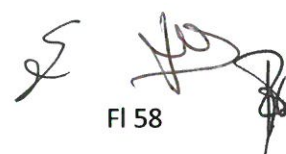
Foi dada a palavra à Presidente da Câmara Municipal que informou que, como já referido anteriormente, uma trabalhadora cessou a sua cedência de interesse público na AdIN e regressou para ocupação do seu posto de trabalho no Município, na respetiva carreira e categoria que tinha antes de sair. -----

Continuou dando nota das consolidações de mobilidade ocorridas neste período de tempo, das aposentações, bem como da criação de postos de trabalho. -----

A Presidente da Assembleia Municipal questionou os presentes se pretendiam intervir neste ponto da ordem de trabalhos, tendo solicitado a sua inscrição a Deputada Suzanne Peixoto. ----

Tomou a palavra a Deputada Suzanne Peixoto, dizendo que, atendendo a que foi esclarecida quanto à data correta ser a de 19 (dezanove) de janeiro de 2024 (dois mil e vinte e quatro) e não de 2023 (dois mil e vinte e três), questiona, portanto, qual a razão de serem promovidos concursos para alguns funcionários e outros são admitidos por ajuste direto. -----

Foi dada a palavra à Presidente da Câmara Municipal que informou que estão a decorrer procedimentos concursais para várias categorias profissionais e até estes estarem concluídos é



necessário dar provimento aos lugares, sendo a única forma de o fazer, através da figura do ajuste direto. -----

Não havendo mais intervenções, foi o assunto colocado à votação. -----

Deliberação: Aprovada por maioria, a primeira alteração ao Mapa de Pessoal 2024 (dois mil e vinte e quatro), com 7 (sete) abstenções dos Deputados Carolina Lopes, Luís Almeida, Luís Baptista, Maria João Bessa, João Borges, Fátima Fernandes e Suzanne Peixoto. -----

----- **Dois ponto oito: Presente informação n.º 1191/24 da UOF AFP datada de 5 (cinco) de fevereiro de 2024 (dois mil e vinte e quatro), referente ao assunto:** Primeira alteração ao Mapa Anual de Recrutamento Autorizado (MARA) 2024 (dois mil e vinte e quatro). Contém deliberação do Executivo Municipal do seguinte teor: *“Aprovado, por maioria, com a abstenção do Vereador Mário Varela, a primeira alteração ao Mapa de Anual de Recrutamento Autorizado (MARA) 2024 (dois mil e vinte e quatro), submetendo à Assembleia Municipal, de acordo com o artigo 30.º, Anexo I, da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação”*. -----

Colocado o assunto à discussão, não se registou qualquer outra intervenção, pelo que o mesmo foi de seguida colocado a votação. -----

Deliberação: Aprovada por maioria, a primeira alteração ao Mapa Anual de Recrutamento Autorizado (MARA) 2024 (dois mil e vinte e quatro), com 7 (sete) abstenções dos Deputados Carolina Lopes, Luís Almeida, Luís Baptista, Maria João Bessa, João Borges, Fátima Fernandes e Suzanne Peixoto. -----

----- **Dois ponto nove: Presente informação n.º 1199/24 da UOF AFP datada de 5 (cinco) de fevereiro de 2024 (dois mil e vinte e quatro), referente ao assunto:** Minuta de contratos interadministrativos com as Juntas de Freguesia. Contém deliberação do Executivo Municipal do seguinte teor: *“Aprovada, por maioria, com a abstenção do Vereador Mário Varela, a minuta de contratos interadministrativos com as Juntas de Freguesia, bem como autorizar a Presidente da Câmara Municipal a outorgar os respetivos contratos, submetendo à Assembleia Municipal para autorização, de acordo com a alínea m), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação”*. -----

Foi dada a palavra à Presidente da Câmara Municipal que relativamente aos contratos interadministrativos de delegação de competências com as Juntas de Freguesia, deu nota de que foi entendimento do Executivo Municipal proceder a um aumento de 10% nas transferências da Câmara Municipal, assim como também na verba destinada à limpeza de bermas e valetes nos limites administrativos de cada freguesia. -----

Colocado o assunto à discussão, não se registou qualquer outra intervenção, pelo que o mesmo foi de seguida colocado a votação. -----

Deliberação: Aprovada por unanimidade, a celebração dos contratos interadministrativos de delegação de competências entre o Município de Sabrosa e as Juntas de Freguesia de: Celeirós do Douro, Covas do Douro, Gouvinhas, Paços, Parada do Pinhão, Sabrosa, São Lourenço de Ribapinhão, Souto Maior, Torre do Pinhão, Vilarinho de São Romão, União de Freguesias de

Provesende, Gouvães do Douro, São Cristóvão do Douro e União de Freguesias de São Martinho de Anta e Paradela de Guiães e respetivas minutas, nos termos da alínea K), do n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----

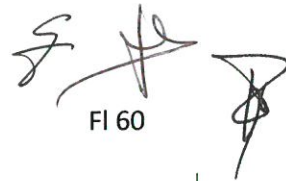
----- **Dois ponto dez: Presente informação n.º 1202/24 da UOF AFP datada de 5 (cinco) de fevereiro de 2024 (dois mil e vinte e quatro), referente ao assunto:** Discussão e autorização prévia da contratação de um empréstimo de médio/longo prazo para a empreitada "Fórum Comercial de Sabrosa". Contém deliberação do Executivo Municipal do seguinte teor: *"Aprovado, por maioria, com o voto contra do Vereador Mário Varela e abstenção da Vereadora Natália Amarante, submeter à Assembleia Municipal para autorização prévia da contratação de um empréstimo de médio/longo prazo, para a empreitada "Fórum Comercial de Sabrosa", de acordo com o n.º 2, do artigo 51.º do anexo da Lei n.º 51/2018, de 16 de agosto"*. -----

Foi dada a palavra à Presidente da Câmara Municipal que solicitou autorização para a apresentação de um vídeo 3D com imagens do projeto para a reabilitação e requalificação do Mercado Municipal, denominado "Fórum Comercial de Sabrosa". Após a apresentação do vídeo, a Presidente da Câmara Municipal esclareceu que se pretende esgotar todas as hipóteses para a obtenção de um financiamento para este projeto, principalmente pela dimensão do mesmo. Todavia, o espaço necessita de intervenção urgente e de fundo, pois o que tem sido feito até agora é dar "umas pinceladas" para aguentar a má qualidade de um edifício com muitos anos, onde a humidade é uma constante e cuja cobertura é ainda em fibrocimento, tornando muito difícil a permanência naquele espaço e que é fundamental melhorar. Assim, a questão do empréstimo é apenas uma medida cautelar, visto que, e apesar de ter conhecimento de que no âmbito do ITI (Sistema de Incentivos de Base Territorial – ITI CIM) já foram contemplados alguns projetos, não foi possível, até ao momento, obter financiamento para a reabilitação do Mercado Municipal. Contudo, ainda não foram disponibilidades todas as verbas, nomeadamente do PROVERE, pelo que estão muito atentos à abertura de candidaturas e é seu propósito a obtenção de financiamento, todavia, tendo em conta que a questão do empréstimo é um processo muito demorado, sendo esta uma obra prioritária, urge avançar. -----

Colocado o assunto à discussão, solicitaram a sua inscrição os Deputados João Borges, Sérgio Freitas, Luís Almeida e José Marques. -----

Tomou a palavra o Deputado João Borges, apresentando a seguinte intervenção, que por ter sido entregue à Mesa, de seguida se transcreve: *"Senhora Presidente da Assembleia Municipal, quando nos remete os documentos que suportam a Reunião, onde constam as deliberações em reunião de Executivo, bem como as declarações de voto dos vereadores, temos por certo que esses documentos correspondem, na íntegra, ao que se passou na reunião bem como à veracidade das informações apresentadas"*. -----

Posto isto, no ponto da ordem de trabalhos que estamos a discutir, verifico que no documento que nos remeteu, estranhamente foi cortada uma parte da declaração de voto que o vereador Mário Varela apresentou na reunião do executivo. Atendendo a que o vereador envia sempre as



suas declarações por email, ao qual me dá conhecimento, pergunto, qual o motivo da retirada de parte da declaração de voto? -----

Considero que o envio de um documento á Assembleia Municipal, com a omissão de parte da declaração de voto de um vereador, em reunião de executivo, é uma situação de extrema gravidade e questiono-me qual o real motivo para a mesma tenha ocorrido. -----

Não querendo acreditar que se tratou de uma situação deliberada e de má fé por parte de alguém, por forma a tentar ludibriar os membros desta Assembleia, e acreditando que se tratou de lapso por parte de quem redigiu e validou o documento, que não devia ter ocorrido, a única solução que vejo para resolver esta situação é a retirada deste ponto da ordem de trabalhos, reagendando o mesmo para a próxima reunião, com o envio da documentação com a transcrição exata e na integra das declarações de voto dos vereadores, salvaguardando desta forma, a legalidade administrativa deste procedimento". -----

A Presidente da Assembleia Municipal, depois de verificar que efetivamente o último parágrafo da declaração de voto do Vereador Mário Varela, não se encontra transcrito na certidão anexa à informação em análise, procedeu à leitura integral de tal declaração de voto, de acordo com a versão integralmente transcrita na minuta da reunião de executivo municipal de 8 (oito) de fevereiro de 2024 (dois mil e vinte e quatro) que se encontra publicada no site do Município. O texto em falta da referida declaração de voto é do seguinte teor: "Acrescentou ainda, que o projeto que serve de argumento para contratar este empréstimo, denominado Fórum Comercial de Sabrosa, nunca foi colocado à consideração e apreciação dos Membros do Executivo em sede própria, para conhecimento e recolha de contributos, em consequência, e considerando ainda o esbanjar de dezenas de milhares de euros com a realização de eventos de pura propaganda política e promoção pessoal e na atribuição de mordomias a alguns funcionários do Município sem qualquer critério de meritocracia, baseando-se apenas em fatores de simpatia política estabelecidos pela Srª Presidente do Executivo, justifica-se assim, o meu voto contra o aumento do endividamento da Autarquia, sem qualquer critério e justificação minimamente credíveis". -----

Após a leitura e verificação do teor do texto em falta, disse considerar que não está posta em causa a legalidade ou a falta de fundamentação do assunto em discussão neste ponto da Ordem de Trabalhos, nem dos documentos que suportam a sua discussão, tratando-se de erro de transcrição. Assim, a Presidente da Assembleia Municipal, uma vez que o lapso verificado não põe em causa os pressupostos, os fundamentos e a informação relevante para a tomada de decisão dos Membros da Assembleia Municipal, propôs a não aceitação do pedido de retirada deste assunto da ordem de trabalho, mas sim a distribuição imediata da cópia da minuta da reunião de executivo municipal de 8 (oito) de fevereiro de 2024 (dois mil e vinte e quatro), onde consta a declaração de voto, integral, do Vereador Mário Varela e, bem assim, a continuidade da discussão e deliberação do ponto da Ordem de Trabalhos em análise. -----



Colocada a votação a proposta da Presidente da Assembleia, foi a mesma aprovada por maioria, com 5 (cinco) votos contra dos Deputados João Borges, Maria João Bessa, Maria Fátima Fernandes, Luís Baptista e Suzanne Peixoto. -----

Continuando a discussão do ponto em análise, pediu novamente o uso da palavra o Deputado João Borges apresentou a seguinte intervenção, que por ter sido entregue à Mesa, de seguida se transcreve: *"Ontem ao preparar a reunião e para termos a noção dos valores envolvidos neste empréstimo, dei-me ao trabalho de calcular os custos com juros que este financiamento acarreta ao nosso Município, para tal utilizei a Euribor a 3 meses acrescida de um spread de 0,75% e fiz o cálculo para os prazos de financiamento de 10, 15 e 20 anos.* -----

Para o prazo de 10 anos o valor de juros a suportar, considerando as taxas de juro de hoje, seria de 692.000€, em 15 anos seria de 1.073.000€ e em 20 anos os juros seriam de 1.478.000€, a estes valores ainda acrescem os encargos bancários e impostos. -----

Para que fique claro, nós não somos contra a realização da obra, somos sim contra a forma como este executivo gere estas situações. O que deveria ter sido feito e aí teria todo o nosso apoio era apresentar uma candidatura a este projeto e após a candidatura estar aprovada, contrair o empréstimo para a diferença entre o montante aprovado e o valor total da obra. -----

Um empréstimo deste montante em Sabrosa, deveria servir para alavancar obras no nosso concelho de montante superior a 10 milhões de euros, através de submissão de candidaturas para obras realmente estruturantes e de elevado interesse para o desenvolvimento de Sabrosa. Querer endividar o Município em 2,7 milhões de euros para a realização apenas de uma obra, sem qualquer candidatura submetida para além de hipotecar o presente do nosso concelho, vai condicionar a capacidade futura de endividamento, endividamento esse que poderia ser essencial para colocar Sabrosa, em termos de desenvolvimento, no patamar que todos almejamos. Contrair este empréstimo é um ato de inconsciência, irresponsabilidade e leviandade de quem gere os destinos do nosso Município. -----

Deixo um apelo a todos os deputados eleitos, bem como a todos os presidentes de junta de freguesia para não serem coniventes com esta situação e que em consciência não autorizem o Executivo Municipal a contrair este empréstimo". -----

Foi dada a palavra à Presidente da Câmara Municipal que, em resposta ao Deputado João Borges, disse que tem apurado junto de outros Presidentes de Câmara de concelhos vizinhos, que recorreram à banca há relativamente pouco tempo, que têm contratado empréstimos com spreads muito mais baixos do que o Deputado João Borges afirmou e que montantes desta natureza estão sempre sujeitos a negociações. -----

Quanto à candidatura, a Presidente da Câmara Municipal reafirmou que, até ao momento, foram esgotadas todas as possibilidades de enquadramento de uma candidatura; todavia, existem ainda linhas de financiamento ainda por abrir, para as quais desconhecemos o valor a ser atribuído, nomeadamente do PROVERE, e para o qual poderá ainda ser possível enquadrar uma candidatura para este projeto. -----

De seguida, e dando continuidade à ordem de inscrição, tomou a palavra o Deputado Sérgio Freitas, que após cumprimentar os presentes, questionou se já está escolhido um local alternativo para a realização das feiras quinzenais, enquanto decorrerem as obras no Mercado Municipal e relativamente aos comerciantes com lojas no atual mercado, se existem soluções para estes. -----

Foi dada a palavra à Presidente da Câmara Municipal que esclareceu que a obra está projetada para ser realizada por fases, salvaguardando essas situações, pelo que tudo se irá fazer para que a obra não prejudique, de nenhuma forma, comerciantes e clientes. -----

Tomou a palavra o deputado Luís Almeida, apresentando a seguinte intervenção: "*Como sabemos a AM é o órgão deliberativo, a nós enquanto órgão cabe-nos entre aspas "fiscalizar e controlar", dentro das nossas limitações, as ações do órgão executivo que é responsabilidade da CM.* -----

Por outras palavras e como eu gosto de visualizar se nós estivéssemos todos num barco a nossa função não é conduzir o barco, não é escolher a velocidade a que vamos, nem sequer escolher o destino para que vamos. Nós não somos os donos do barco, nada no barco nos pertence, apenas fomos escolhidos para desempenhar uma única função, uma única tarefa, que é manter o barco a navegar, sem deixar entrar água, sem deixar afundar, essa sim deve ser a nossa função na AM. O assunto em discussão neste ponto para tomada de decisão, em caso de aprovação será um grande rombo no casco do nosso barco. -----

Falando um pouco mais a sério e porque o assunto é nuclear, gostava de chamar a vossa atenção para o que estamos aqui a discutir e a colocar a votação: um empréstimo de 2.718.883,89€ e não o projeto do fórum comercial de Sabrosa, ou seja, como a candidatura do projeto do fórum ainda não foi submetida nem aprovada, o que estamos aqui a discutir é apenas o recurso a um empréstimo de médio e longo prazo. -----

Agora o que nos diz o executivo é que o empréstimo será para alocar aquele projeto, contudo até poderá acontecer que a candidatura não seja aprovada. No processo de candidatura não é obrigatório ter o dinheiro disponível, é obrigatório indicar como se vai recorrer ao financiamento, são coisas distintas. Portanto não vale apenas dizer que temos que pedir o dinheiro para depois fazer a candidatura. -----

Mais, Eu não conheço o projeto do fórum comercial de Sabrosa, nunca foi apresentado e nunca veio a discussão e apreciação desta assembleia, não fazia sentido tendo em conta o peso o volume financeiro do projeto, traze-lo aqui para discussão e apresentação? -----

Agora dirijo-me aqueles que estão aqui a assistir a reunião hoje e que não tem acesso aos documentos acerca deste ponto, aquilo que nós recebemos para análise foi praticamente nada, estamos a falar de uma informação de 2 paginas onde apenas e só, nos é informado o mínimo obrigatório acerca do empréstimo, nem sequer temos indicação do plano de pagamentos e da duração temporal do dito empréstimo. -----

Da pouca informação que temos sabemos que o município a data tinha uma capacidade de indevidamente (capacidade de pedir dinheiro) de 3.618.004,06€, e que será pedido 2.718.883,89€, sobrando 899.120,17€ valor que ainda temos que subtrair a verba que recente foi renegociada com o Banco Europeu de Investimento (BEI) para obra da estrada Pinhão – Covas, este valor desce ainda mais. -----

Assim sendo, fica claro que a capacidade de endividamento do município vai ficar praticamente esgotada, reparem que em exclusivo, este empréstimo representa por si só 75% da capacidade total de endividamento da CMS. -----

Fica claro que a aprovação deste empréstimo irá sobrecarregar as contas do nosso município, e não tenho dúvidas que poderão colocar em causa o equilíbrio financeiro das mesmas nos próximos anos. -----

Da mesma forma com certeza colocara outros projetos no futuro, alguns até comuns aos vários programas de candidaturas dos partidos representados, que com esta opção irão ficar no papel".

Em resposta, a Presidente da Câmara Municipal, disse que esta é uma discussão e autorização prévia e que este assunto irá ser de novo trazido a esta Assembleia Municipal. Acrescentou que até na vida pessoal "*não gosta de dever nada a ninguém*", contudo muitas vezes é necessário recorrer à banca para se conseguir, por exemplo, adquirir uma habitação. -----

Terminou dizendo que todos reconhecem que esta é uma obra prioritária, inclusivamente o Deputado Luís Almeida, devido à falta de condições. Contudo, ao contrário do que tem acontecido com outras grandes obras, como é o caso da via panorâmica dos Miradouros (Estrada Pinhão-Donelo) obteve-se financiamento, que para este projeto ainda não foi possível obter, pelo que se aguarda, ainda, que abram outras linhas de financiamento. -----

Deliberação: Aprovada por maioria, a autorização prévia para a contratação de empréstimo de médio/longo prazo para a empreitada "Fórum Comercial de Sabrosa", de acordo com o n.º 2, do artigo 51.º do Anexo da Lei n.º 51/2018, de 16 de agosto e alínea f), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2023, de 12 de setembro, na sua atual redação, com 6 (seis) contra dos Deputados Luís Almeida, Luís Baptista, Maria João Bessa, Fátima Fernandes, João Borges, Suzanne Peixoto e 5 (cinco) abstenções dos Deputados José Mota, Carolina Lopes, Sérgio Freitas, Cilina Vilela e Manuel Coelho. -----

Foram ainda apresentadas 3 (três) declarações de sentido de voto. -----

Declaração de voto favorável apresentada pelo Deputado José Marques: "*A Bancada do Partido Socialista felicita e congratula-se com o executivo municipal pela oportunidade e pertinência de por em marcha um dos projetos mais prementes de reabilitação urbana da Sede do nosso concelho. -----*

Há muito sinalizada a necessidade e urgência de reabilitação do Mercado Municipal de Sabrosa, com graves problemas estruturais e funcionais, entendeu, e bem, este executivo estarem criadas as condições para, no âmbito de uma estratégia pró-ativa, por em prática os estudos, os projetos e as condições processuais administrativas e financeiras para que a reabilitação da emblemática

área comercial da vila de Sabrosa espaços adjacentes possa ser uma realidade respondendo aos legítimos anseios dos comerciantes e população. -----

Inserido numa das zonas mais nobres da vila, há muito que o Mercado Municipal carecia e aguardava e exigia uma intervenção integrada e profunda de remodelação e modernização de forma a garantir as condições de dignidade e permanência dos atuais e futuros comerciantes e proporcionando um ambiente urbano aprazível para captar mais visitantes e utentes, criando condições favoráveis a uma nova dinâmica para economia e comércio local, quer no contexto das feiras quer no contexto do comércio e serviços de utilização diária. -----

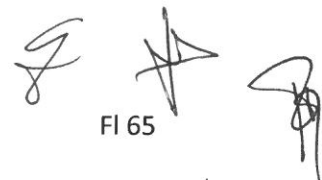
Esta remodelação, baseada, como podemos observar na sumária apresentação, na transformação do antigo mercado municipal em um Fórum Comercial com soluções sustentáveis que privilegiam o desempenho adequadas de segurança funcional, estrutural e construtiva, criará, seguramente, novas aptidões funcionais para este espaço público, permitindo novos usos em articulação com outras valências aglutinadoras de atividades económicas, culturais de serviço à comunidade. -----

Naturalmente que para este fim a autarquia espera obter financiamento comunitário. Como já podemos constatar pela apresentação e explanação por parte da Senhora Presidente, aguarda-se a abertura dos avisos e definição dos enquadramentos dos diferentes Programas nacionais e Comunitários que melhor possam servir um investimento desta natureza e onde o município possa melhor alicerçar a sua candidatura. -----

Assim, os membros do partido socialista que compõem esta Assembleia Municipal votam favoravelmente a autorização prévia da contratação do empréstimo proposto pelo executivo, dado entenderem que a complexidade e morosidade que os processos administrativos e financeiros comportam, associados aos múltiplos trâmites inerentes à execução de projetos desta natureza, exigem que, desde já, se encete o caminho no sentido de garantir as condições de exequibilidade. Felizmente a boa gestão municipal permite que a Câmara Municipal de Sabrosa tenha condições favoráveis, de através do empréstimo de médio/longo prazo que a esta Assembleia é proposto, desenvolver e encetar as condições processuais necessárias, dando a celeridade que projeto necessita, o qual se reveste de uma importância estratégica, estruturalmente essencial na dinamização da economia local e no contexto da regeneração urbana em que o município vem investindo". -----

Declaração de voto contra apresentada pelo Deputado João Borges, em representação dos deputados eleitos pelo PSD: "Considerando que o atual executivo herdou um saldo de tesouraria superior a 2 milhões de euros, que em menos 2 anos esbanjou com a realização eventos de mera propaganda política e promoção pessoal da senhora Presidente, e investimentos que não servem os superiores interesses do nosso Concelho, de retorno e necessidade duvidosa. -----

Vêm agora, visto que almofada financeira já foi esvaziada, solicitar á Assembleia Municipal autorização para um empréstimo de medio e longo prazo superior a 2,7 milhões de euros, para a realização da obra "Fórum Comercial de Sabrosa". -----



Pois bem, gostaria de perguntar, quando é que o projeto foi apresentado e discutido em sede de Reunião de Executivo e Assembleia Municipal? Que contributos solicitou aos vereadores Mário Varela, Nathalie Amarante e membros desta Assembleia para a realização deste projeto? Como a senhora Presidente tanto gosta de dizer "Quem ganhou as eleições é quem governa", pois então sigam essa máxima absolutamente fascizante em termos políticos e de gestão da coisa pública, a coligação PS/ Líder Movimento Já, que desgoverna o nosso concelho que assuma a responsabilidade de o endividar e de hipotecar o futuro de Sabrosa sem qualquer tipo de critério e causa devidamente fundamentada. -----

Num período em que as taxas de juro dos mercados financeiros se encontram em máximos de vários anos, não seremos coniventes em dar um cheque de 2,7 milhões de euros (que vai condicionar a capacidade de endividamento futura do Município para os próximos anos), para que a coligação PS/ Líder Movimento Já, continue a sua política de puro despesismo, sem qualquer retorno e inexistentes mais valias para o nosso Município. -----

Acreditamos que os 2,7 milhões de euros, deveriam servir sim, para alavancar obras estratégicas para a promoção e desenvolvimento do nosso concelho, de montante superior a 10 milhões de euros. Obras essas, discutidas previamente com todos os vereadores do Executivo e Membros da Assembleia Municipal, desde que para tal houvesse projetos e candidaturas devidamente aprovadas e sujeitas a Programas de Apoios Comunitários. São estas as condições em que aceitaremos o endividamento brutal do nosso Município. -----

O nosso compromisso com as gerações futuras, tem a ver com a consciência que temos sobre o impacto das nossas ações, e com o equilíbrio que encontramos entre o que decidimos hoje e o que legamos às gerações futuras". -----

Declaração de voto contra apresentada pelo Deputado Luís Almeida: "Em relação a este ponto, pela pouca informação disponibilizada acerca das características do empréstimo, a ausência de informação relativamente a prazos e condições particulares do mesmo, pela envergadura financeira do valor do empréstimo 2.718.883,89€ e o seu peso global na capacidade de endividamento do município (cerca de 75%) deveria o executivo apresentar informação mais completa e pormenorizada nos documentos submetidos a apreciação dos membros da Assembleia Municipal. -----

Referir ainda que nunca foi até a presente data dado a conhecer qualquer projeto do fórum comercial de Sabrosa na Assembleia Municipal, nunca foi apresentado e nunca veio a discussão e apreciação desta Assembleia, desconhece-se por completo o projeto ou a ideia política para o dito fórum e em que fase de desenvolvimento se encontra. -----

Fui, sou, e sempre serei a favor do rigor, da boa gestão dos dinheiros públicos do município, são princípios dos quais não abdicó. -----

Fica claro que a aprovação deste empréstimo irá sobrecarregar as contas do município de Sabrosa, e não tenho dúvidas que poderão colocar em causa o equilíbrio financeiro das mesmas

nos próximos anos, e por essa razão, pondo em causa o potencial desenvolvimento do nosso concelho. É por todas estas razões que manifesto o meu voto contra". -----

----- **Dois ponto onze: Presente ofício n.º 3/2024 da CPCJ Sabrosa (Comissão de Proteção de Crianças e Jovens), datado de 1 (um) de fevereiro de 2024 (dois mil e vinte e quatro), referente ao assunto:** Relatório anual de atividades da CPCJ de Sabrosa do ano de 2023 (dois mil e vinte e três). -----

A Presidente da Assembleia Municipal informou que se houver alguma questão a ser colocada, poderá ser esclarecida por escrito ou eventualmente convidar, para uma próxima sessão, quer os representantes desta Assembleia Municipal, quer os responsáveis pela comissão para prestar os esclarecimentos devidos. -----

Colocado o assunto à discussão, solicitou a sua inscrição o Deputado Luís Almeida. -----

Tomou a palavra o Deputado Luís Almeida que, na sequência do que foi dito pela Presidente da Assembleia Municipal, lançou o desafio de que no futuro, ou até numa próxima sessão, possam os representantes desta Comissão vir apresentar o trabalho que está a ser feito junto da Comunidade. Felicitou ainda a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Sabrosa, pela boa elaboração do relatório e pelo bom trabalho realizado, que se pode apreciar pela diminuição de casos em acompanhamento. -----

A Presidente da Assembleia Municipal disse que irá lançar o desafio proposto à responsável da CPCJ, pois que é de interesse para todos o conhecimento mais aprofundado desta realidade e até poderemos dar algum contributo para a ajuda e compreensão desta problemática. -----

Deliberação: Tomado conhecimento. -----

O Deputado Luís Almeida pediu a palavra para fazer uma interpelação à Mesa, nos termos do n.º 2, do artigo 40.º do Regimento da Assembleia Municipal de Sabrosa que dispõe que "*Os Membros da Assembleia Municipal podem interpelar a mesa quando tenham dúvidas sobre as decisões desta ou a orientação dos trabalhos*". Tendo-lhe sido concedida a palavra, o Deputado Luís Almeida afirmou que sempre enviou as suas intervenções em formato word, via email, para além de entregar também em papel, para facilitar a elaboração da ata, pelo que irá continuar a fazê-lo. Continuou dizendo que tinha total desconhecimento de que aquilo que apresentou no período antes da ordem do dia, era um documento, pois que, no seu entender, este era apenas um suporte visual para a sua apresentação. Tendo questionado ainda que, havendo a necessidade de entregar os documentos à Mesa, com 2 (dois) dias de antecedência, quando se trata de moções ou louvores, se são documentos formais, não deveriam dar entrada também com 2 (dois) dias de antecedência. E, ainda, nomeadamente, no caso de hoje, com uma moção apresentada, se a mesma terá dado entrada com a devida antecedência. -----

Terminou dizendo que entrega o resumo da sua apresentação para ser distribuído por todos. ---

A Presidente da Assembleia Municipal disse, como anteriormente já havia esclarecido, existem duas formas de os assuntos serem discutidos nas Sessões da Assembleia Municipal, sendo que, ou fazem parte da ordem de trabalhos, porque atempadamente apresentados à mesa, ou, então,

em caso manifesta urgência, podem, com a autorização do Plenário da Assembleia, ser admitidos à discussão durante a Sessão. Esta última é a situação das Moções e Louvores que têm sido apresentados nesta Assembleia, tendo a Mesa estipulado, com a concordância de todos, que tais propostas sejam apresentadas, no período antes da ordem do dia, só sendo admitida a sua discussão e votação, após a autorização da Assembleia Municipal. -----

----- **Ponto três: Período de Intervenção do Público:** -----

Não houve qualquer inscrição para intervenção neste ponto da ordem de trabalhos. -----

- **Todas as deliberações foram aprovadas em minuta, nos termos do n.º 3, do artigo 57.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro e da Deliberação desta Assembleia Municipal tomada na Sessão Ordinária de 29 de abril de 2022.** -----

----- Pelas vinte e uma horas e trinta minutos deu-se por encerrada a Sessão da qual se lavrou a presente ata. -----

